



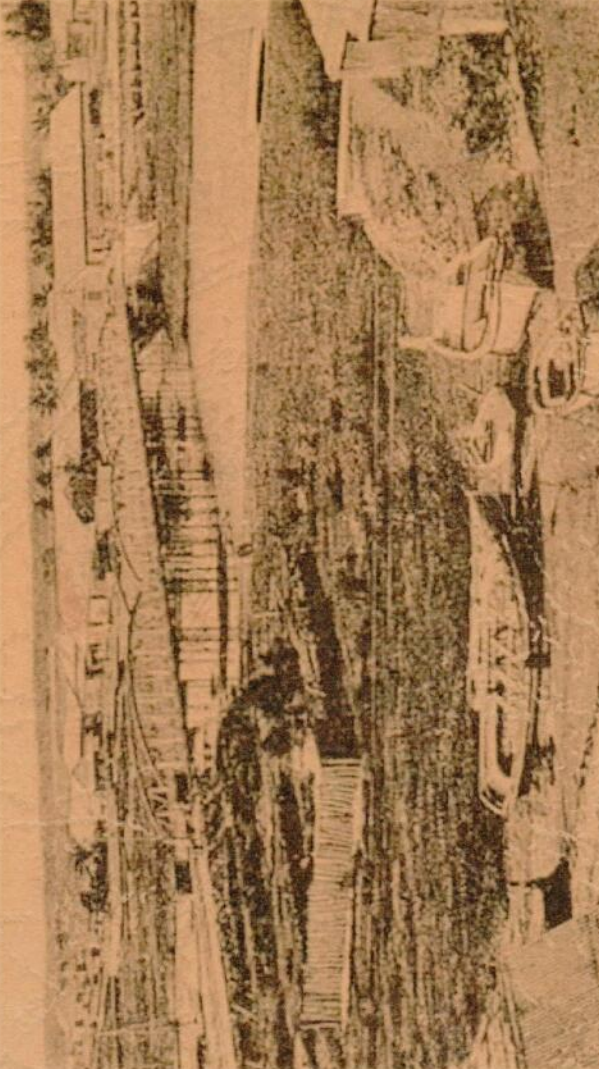
CONSULADO-GERAL DE PORTUGAL
BEIRA

MOÇAMBIQUE – TERRITÓRIO E HISTÓRIA

Professora Doutora Manuela Mendonça
Presidente da Academia Portuguesa da História

Professora Doutora Maria de Fátima Reis
Directora da Cátedra de Estudos Sefarditas – Universidade de Lisboa

Engenheiro Jorge Paraskeva
Comunidade Helénica da Beira



recursos, contratados por locação de serviços, por vezes à jorna, logravam cativar economias, situação impossível de ocorrer no caso africano.

A precariedade das linhas de comunicação, as reduzidas oportunidades socioeconómicas, a inexistência de redes financeiras passíveis de contribuir para a fixação de colonos e para a valorização dos espaços de Além-Mar, tidos mais de degredo do que de fruição, obstaram enormemente ao estabelecimento de metropolitanos nas cinco unidades territoriais africanas (à semelhança do que sucedia no Estado Português da Índia e em Timor). Apesar de tudo, fosse por interposição do funcionamento público, da instituição castrense, das feitorias e demais casas de comércio, pequenos núcleos iam surgindo em locais recentemente virgens. Tal sucedeu com a Beira, nascida como posto militar, a 20 de Agosto de 1887, *rudimentar paliçada de paus e matope*, para rapidamente albergar uma pequena comunidade expatriada que lhe permitiria, duas décadas volvidas, receber o honroso título de cidade.

As temáticas supra referenciadas, que interligam Moçambique a Portugal, dois eixos de uma mesma política externa durante centúrias, são pouco conhecidas da sociedade. Conceder-lhes carta de alforria, trazê-las para a discussão pública agora que completaram um século de vida e o pó dos tempos permite uma análise racional apartada das paixões e dos humores da alma, afigura-se uma tarefa apaixonante. Quando a mesma é levada a bom porto por duas conceituadas investigadoras lusas, com créditos firmados interna e externamente e ocupando os mais elevados cargos no seio daquela que é a mais prestigiada instituição dedicada à reconstituição documental e crítica do passado, a Academia Portuguesa da História, torna-se imprescindível a sua audição. A seu lado encontra-se um destacado membro da comunidade helénica para, com o seu saber, partilhar dados há muito perdidos da memória colectiva.

PROGRAMA

29 de Setembro de 2017, 18:00 horas, igreja greco-ortodoxa da Santíssima Trindade
- *Artur de Sacadura Freire Cabral: uma década ao serviço de Moçambique (1901-1910)*

Professora Doutora Manuela Mendonça

- *A presença grega na Beira: aspectos culturais e socioeconómicos*

Engenheiro Jorge Paraskeva

- *Moçambique: hipótese de fixação judaica no Além-Mar português no final da Monarquia*

Professora Doutora Maria de Fátima Reis

30 de Setembro de 2017, 18:00 horas, igreja greco-ortodoxa da Santíssima Trindade

- *De Lisboa a Moçambique: movimentos migratórios oitocentistas*

Professora Doutora Maria de Fátima Reis

- *A Beira no Diário da viagem de circun-navegação do cruzador São Gabriel em 1909*

Professora Doutora Manuela Mendonça

BEIRA, SOFALA, MOÇAMBIQUE

MMXVII

A delimitação das fronteiras moçambicanas, na sua vertente prática resultou numa tarefa assaz difícil que só poderia ter sido confiada a quem reunisse um conjunto de valências científicas e possuísse dotes físicos e psíquicos inquestionáveis. A tempera do carácter, bebido directamente das águas de Chaul ou das muralhas de Diu, deveria associar-se o conhecimento cartográfico e das ciências, como a geometria e a matemática, que lhe estavam a montante.

Coube precisamente a Artur de Sacadura Cabral – Oficial da Marinha de Guerra, que encontraria sepultura em pleno mar, a 15 de Novembro de 1924, já que *a terra, donde andava foragido, era pequena demais para o sepultar*, como epígrafe um seu admirador – sobrevoar e calcorrear este país banhado pelo Índico com o fito único de o mapear de forma rigorosa. Ou seja, as fronteiras que Moçambique hoje dispõe devem-se, essencialmente, a esse trabalho hercúleo do co-inventor do sextante de bolha ou astrolábio de precisão.

Durante uma década permaneci em solo moçambicano para aqui executar entre outras, missões de agrimensura e observação aérea. Não tivesse falecido aos 43 anos, e haveria de volver a este espaço, certamente, que tanto o fascinava e pelo qual sacrificou os melhores anos da sua juventude. A terra de adopção não o esqueceu e, em 1972, o escultor barcelense radicado na Beira, Jorge Vasconcelos, dava-lhe forma bronzea.

Ainda Sacadura Cabral deambulava por Moçambique quando, um Decreto de 16 de Setembro de 1909, da autoria de Manuel Pinheiro Chagas, então titular da pasta da Marinha e Ultramar, instruiu o cruzador *São Gabriel* a fazer uma viagem a todo o espaço ultramarino. Segundo o comandante do navio, capitão-de-fragata António Pinto Basto, este foi não somente o primeiro vaso de guerra nacional a realizar uma viagem de circun-navegação, mas também o primeiro navio português a passar pelo estreito de Magalhães e *Canaes da Patagónia*. Construído nos estaleiros do Havre, na Normandia, em 1900, era um cruzador de aço, protegido por uma cobertura couraçada de 35 milímetros, com 1 850 toneladas de deslocamento e 75 metros de comprimento. Tendo partido na tarde do dia 11 de Dezembro de 1909, da barra de Lisboa, entraria na mesma cidade, em freiré ao Arsenal, na tarde de 19 de Abril de 1911. No decurso da sua viagem de 16 meses, muito aplaudida pelas comunidades lusas espalhadas pelo orbe e também por quantos se sentiam verdadeiramente amigos de Portugal, percorreu 41 981 milhas fazendo escala ou aguada em 72 portos (alguns deles mais de uma vez). Com um custo total de 174.556\$817 réis, isso é, uma média mensal de 10.709\$007 réis, grande parte devido a combustível, a empresa marítima jornadaou em todo o espaço luso de Alem-Mar e assim mostrou às demais potências signatárias da Acta Geral de Berlim o quanto Lisboa estava determinada em cumprir e fazer cumprir os seus preceitos.

Em Janeiro de 1911, sendo presidente da República Teófilo Braga e governador de Moçambique José de Freitas Ribeiro, o cruzador *São Gabriel* fundeou nas águas adjacentes à jovem cidade da Beira (que em 29 de Junho de 1907, através de um Decreto Real, receberia tal honrosa distinção). O curioso relato feito

pelo comandante Pinto Basto, que comandara as canhoneiras *Mandovi e Zaire*, e que fora ajudante de campo de D. Carlos e de D. Manuel II, é importante não somente para a História da segunda maior urbe moçambicana como também para a de Inhambane e de Maputo.

Nos derradeiros anos de reinado da Casa de Bragança, período coincidente com uma grande movimentação hebraica, porquanto esta comunidade se encontrava a ser imolada em diversos países europeus, mormente nas regiões cis e trans-carpáticas, aventou-se na possibilidade, goradas que foram as hipóteses do Egipto, Chipre e Uganda, de Angola ou de Moçambique receberem núcleos judaicos. Theodor Herzl, fundador do movimento sionista, que lutava com enorme dificuldade em fazer passar a sua mensagem para a edificação do almejado estado judaico na Palestina, começou a estudar tal cenário.

Em Maio de 1903, Herzl sondou o governo português sobre a possibilidade de instalar em solo moçambicano 50 000 famílias judaicas provenientes, na sua esmagadora maioria, da Prússia. Na réplica, Wenceslau de Lima, ministro dos Estrangeiros, manifestou-se negativamente contra tal proposta. Porém, os apetites vorazes aos territórios lusos de Além-Mar, por parte de Londres e de Berlim, levaram a equacionar a hipótese de aceitar tal colonização como forma de artefactar as possíveis pretensões anglo-alemãs (tanto mais que o Reino Unido não fazia segredo de obter Lourenço Marques e a Beira e a Alemanha imperial intentava apoderar-se do norte e centro de Moçambique).

Vários factores acabaram por inviabilizar ou adiar tal desiderato, tanto em Moçambique como em Angola, até que, com o advento do primeiro conflito mundial, o mesmo foi definitivamente dado por encerrado. Até lá, porém, a hipótese de se criar uma vasta faixa de colonatos judaicos, em áreas férteis e agricultáveis, foi uma possibilidade tão real como autêntico foi o acordo celebrado entre o *Foreign Office* e a *Wilhelmsstraße*, datado de 1913, para partição do espaço ultramarino português.

Contudo, não só os hebreus procuraram estabelecer-se naquela parcela de território que ia da Ponta Vermelha até Quijonga como também portugueses, boéres, austríacos e franceses intentaram timidamente fazê-lo. A história da colonização europeia na África Austral, síntese de dramas e de paixões, de fuga e de busca, de desalento e de arrebatamento, apresenta similitudes com a que foi praticada em cidades como Buenos Aires, Montevidéu, Recife, São Salvador, Malaca ou Batavia.

Se o plano judaico de alçar em Angola e em Moçambique colonatos, contribuindo assim para o povoamento de vastas regiões despidas de população, era genuíno e credivel, tanto mais que gozava do apoio de milionários europeus e norte-americanos, o projecto de desviar a emigração lusa do Brasil para a costa e a contracosta africanas afirmava-se inexecutável. Quantos procuravam a Baía, o Recife, São Paulo ou o Rio de Janeiro para aí desenvolverem officios rudimentares, não o poderiam fazer em Luanda, Benguela, Lobito, Lourenço Marques Nampula ou Quelimane, já que estas urbes não ofereciam idênticas oportunidades. Mesmo os agricultores sem